



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Dom Macedo Costa

1

Segunda-feira • 7 de Março de 2022 • Ano • Nº 2845

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Dom Macedo Costa publica:

- **Lei N.º 542, de 07 de março de 2022** - Autoriza ao Executivo Municipal, proceder transação com o sujeito passivo da obrigação tributária ou não tributária junto ao Município de Dom Macedo Costa, mediante concessões mútuas, visando à solução da pendência e à consequente extinção do crédito tributário ou não tributário, nas condições que indica e dá outras providências.
- **Lei Nº 543, de 07 de março de 2022** - Estabelece normas para a exploração dos serviços de transporte público individual remunerado de passageiros (TAXISTA) e dá outras providências.

**Com a Imprensa Oficial
a população sabe as
ações do gestor.**

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial
do Município.**

Gestão Transparente e consciência limpa.

Leis



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA



LEI N.º 542, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Autoriza ao Executivo Municipal, proceder transação com o sujeito passivo da obrigação tributária ou não tributária junto ao Município de Dom Macedo Costa, mediante concessões mútuas, visando à solução da pendência e à conseqüente extinção do crédito tributário ou não tributário, nas condições que indica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOM MACEDO COSTA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, APROVOU e EU SANCIONO a seguinte

LEI.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Dom Macedo Costa, o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributário ou não tributário do Município decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos e rendas municipais.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrente de falta de recolhimento de valores retidos, correspondentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, podem ser liquidados mediante uma das seguintes formas:

I – Pagamento à vista, redução de 100% (cem por cento) das multas, juros de mora, encargo legal e honorários advocatícios, incidentes até a data de opção;

II – Parcelado no máximo de 6 (seis) parcelas consecutivas e mensais com redução de 70% (setenta por cento) das multas, juros de mora, Encargo Legal e honorários advocatícios incidentes sobre o valor do crédito tributário;

III – Parcelado no máximo de 8 (oito) parcelas consecutivas e mensais com redução de 60% (sessenta por cento) das multas, juros de mora, Encargo Legal e Honorários Advocatícios incidentes sobre o valor do crédito tributário;

IV – Parcelado no máximo de 10 (dez) parcelas consecutivas e mensais com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas, juros de mora, Encargo Legal e Honorários Advocatícios incidentes sobre o valor do crédito tributário;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA



V – Os créditos oriundos de retenções só poderão ser pagos pela modalidade tipificada no inciso I do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único - O pagamento da 1ª parcela será exigido na data da assinatura do Contrato de Parcelamento, e servirá como instrumento de homologação do referido ato.

Art. 3º. O valor de cada parcela a que aludem os incisos II, III e IV do art. 2º desta Lei, não poderão ser inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Art. 4º. O pedido de parcelamento administrativo, no qual o contribuinte reconhecerá e confessará formalmente o débito, mediante Termo de Confissão de Dívida Fiscal, será formulado à Secretaria de Finanças do Município, até 30 de dezembro de 2022, com a indicação da forma de pagamento, do percentual de dispensa dos valores relativos ao total de multa e juros e do número de parcelas optadas.

Parágrafo único. No pedido de parcelamento, o contribuinte autorizará o fisco a emitir boletos de cobrança bancária para o pagamento do respectivo débito.

Art. 5º. O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenções ou imunidades concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios, na forma da legislação pertinente.

Art. 6º. Tratando-se de créditos tributários já parcelados, o benefício de que trata esta Lei aplicar-se-á às parcelas vencidas e não pagas, assim como, às vincendas, desde que o contribuinte não tenha usufruído de benefício superior a 50% (cinquenta por cento) sobre juros e multas.

Art. 7º. A falta de recolhimento de 03 (três) parcelas consecutivas do parcelamento autorizado nos incisos II, III e IV do art. 2º desta Lei determinará a reinscrição da totalidade do débito em dívida ativa.

Parágrafo Único. Tomadas as providencias, autorizadas no caput, o contribuinte perderá o benefício desta lei, considerando-se as parcelas pagas mera amortização da dívida tributária, hipótese em que, independentemente de qualquer notificação do Fisco, se exigirá o imediato recolhimento do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, com incidência de atualização monetária, com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E .

Art. 8º. Estando o crédito tributário, sendo objeto de discussão judicial, o benefício somente será concedido após homologação da desistência da ação pelo sujeito passivo e o pagamento das despesas judiciais respectivas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA



§ 1º. Ficará explicitado no acordo de parcelamento, que o atraso de 03 (três) parcelas ocasionará a perda do benefício, hipótese em que a execução será retomada nos próprios autos, considerando-se as parcelas pagas mera amortização da dívida anterior ao ajuste, ficando, portanto, sem efeito, o respectivo acordo, voltando a incidir sobre a dívida, todos os encargos legais, inclusive multa e juros.

§ 2º. No requerimento de parcelamento, o contribuinte reconhecerá e confessará formalmente o débito, comprometendo-se ao pagamento das custas judiciais, indicando o número de parcelas desejadas para pagamento do respectivo débito.

Art. 9º. A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias pagas a qualquer título.

Parágrafo Único. A concessão dos benefícios previstos nesta Lei dependerá do prévio requerimento do interessado, protocolizado no Departamento de Tributos do Município de Dom Macedo Costa, como determina os artigos 2º e 8º.

Art.10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Macedo Costa, 07 de março de 2022.

EGNALDO PITON MOURA
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



LEI Nº 543, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Estabelece normas para a exploração dos serviços de transporte público individual remunerado de passageiros (TAXISTA) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O transporte público individual remunerado de passageiros em veículo automotor, constitui-se serviço de utilidade pública, que somente poderá ser executado mediante prévia autorização da Prefeitura Municipal, a qual será consubstanciada do termo de permissão e alvará de licença, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Define-se como táxi, todo veículo automotor de aluguel destinado ao transporte público individual remunerado de passageiros, com capacidade limitada a sete passageiros, mediante preço fixado em tarifas pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Art. 2º Quando houver vagas disponíveis, após o cadastramento dos titulares de alvará já emitidos, atendidos os requisitos legais, será realizado processo licitatório, prevalecendo como critério de julgamento a maior oferta pelo pagamento ao Erário Municipal.

§ 1º Atendido o procedimento acima exposto e comprovados os requisitos do art. 4º desta Lei, o pretendente obterá autorização para o exercício da atividade, mediante Alvará de Licença, a ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Quando não for atendido o disposto no caput deste artigo, a permissão não se efetivará, não tendo direito o pretendente, a qualquer tipo de ressarcimento ou indenização.

§ 3º Quando a permissão obtida por licitação não se efetivar, a vaga retorna integralmente ao domínio público, sendo chamados os nomes seguintes, que ficarão como Cadastro Reserva (CR).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



CAPÍTULO III

DA OUTORGA DA AUTORIZAÇÃO

Art. 3º A execução do serviço de táxi deverá ser realizada exclusivamente pelo próprio titular taxista, mediante inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, atendidos os requisitos legais, com ressalva das disposições do art. 13 desta Lei.

§ 1º É permitido ao taxista, exercer outra atividade remunerada, desde que cumprida a jornada mínima estabelecida no art. 11 desta Lei.

§ 2º As atividades de taxista deverão ser realizadas pessoalmente, não sendo permitida, em hipótese alguma, a sublocação do exercício dessas atividades por terceiro, por empregado ou por qualquer familiar.

Art. 4º Para outorga do termo de permissão e expedição do alvará de licença deverá, o interessado, apresentar cópia dos seguintes documentos:

- I- Curso de direção defensiva, promovida por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizatório;
- II- Veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;
- III- Inscrição como segurado do INSS, se for o caso;
- IV- Habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, com observação expressa que exerce atividade remunerada ao veículo;
- V- Carteira de identidade (RG);
- VI- Cadastro de pessoa física (CPF) ou cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), no caso de MEI;
- VII- Título de eleitor com comprovante e respectiva quitação eleitoral;
- VIII- 02 (duas) fotos 3x4 datadas;
- IX- Comprovante de residência no município;
- X- Certidão Negativa Civil e Criminal;
- XI- Certidão Negativa do Detran de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- XII- Certificado do Registro de Licenciamento de Veículo – CRVL;
- XIII- Comprovante de propriedade do veículo – CRV.

§1º. Ficam mantidos válidos todos os Alvará emitidos até 31/12/2021, que ficarão por força desta Lei prorrogados até 31/12/2022, com vistas ao recadastramento de todos os taxistas, mediante a apresentação da documentação exigida nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



§2º. Após o prazo previsto no parágrafo anterior, serão cancelados todos os alvarás emitidos, cujo titular não tenha se cadastrado e atendido as exigências

Art. 5º Todo taxista deverá, anualmente, recolher ao Erário Municipal, taxa de renovação do alvará de licença e o Imposto Sobre Serviços, nos termos do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: Em não havendo o regular pagamento dos tributos citados no caput deste artigo, será revogada a licença do respectivo taxista.

Art. 6º O Poder Público Municipal fornecerá aos taxistas Carteira de Identificação com foto, nome, inscrição municipal e número do ponto de táxi, que será de porte obrigatório. O número de inscrição e o número do ponto será afixado no para-brisa dianteiro, lado do passageiro, do veículo do respectivo taxista.

Parágrafo único. Todo taxista deverá promover a renovação de sua carteira de identificação, prevista no “caput” deste artigo, a cada 05 (cinco) anos, devendo manter-se com regular situação fiscal e cadastral, sob pena de multa de 10 (dez) UFM, sem prejuízo de outras providências.

CAPÍTULO IV

DOS VEÍCULOS

Art. 7º Os veículos usados no serviço de táxi deverão ser da espécie “automóvel e/ou utilitários”, dotados preferencialmente de 05 (cinco) portas para o transporte e com capacidade máxima para até 07 (sete) passageiros.

Art. 8º A vida útil do táxi será de no máximo 10 (dez) anos, a contar da data da respectiva nota fiscal de compra do veículo, sob pena de revogação da licença.

Art. 9º Ao permissionário será permitido a substituição de veículo, somente a partir do segundo ano de vida útil, desde que por outro de fabricação mais recente, atendido os requisitos legais, inclusive do disposto no artigo 16 desta Lei.

§ 1º No momento do emplacamento do novo veículo, o permissionário, deverá apresentar ao órgão competente da municipalidade, a nota fiscal de compra desse veículo, bem como documento de transferência de propriedade do veículo antigo, com o devido reconhecimento de assinatura.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias, após o emplacamento do veículo novo, o permissionário, apresentará ao setor competente da municipalidade, o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

Art. 10 O número de táxi no município de Dom Macedo Costa, será na proporção máxima de 01 (um) táxi para cada 100 (cem) habitantes (1:100).

§ 1º Será mantido o número atual de táxis até que se estabeleça a proporção estabelecida no “caput” deste artigo, não sendo permitida em nenhuma hipótese, a inclusão de novos taxistas, ressalvado o disposto no artigo 13 desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



§ 2º O número de ponto de táxi será estabelecido por Decreto, cujo número de vagas será proporcional ao número de habitantes de cada localidade/bairro, utilizando-se dos dados informativos do IBGE.

Art. 11 O serviço de transporte público de aluguel individual remunerado de passageiros (taxista), cumprirá pelo menos 04 (quatro) horas diárias.

Parágrafo único. Em havendo interrupção do serviço, imotivadamente, a mesma não poderá exceder 90 (noventa) dias, sob pena de revogação da licença.

CAPÍTULO V

DA PERMUTA DE PONTO

Art. 12 A permuta de pontos de táxis, processa-se através de requerimento dos interessados junto ao protocolo geral, com firmas reconhecidas, dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, atendido os requisitos legais, mediante o recolhimento da taxa competente.

Parágrafo único. Não será permitida a permuta de pontos de táxis para os interessados que estejam com situação fiscal e cadastral irregular, ou que tenham descumprido quaisquer dispositivos desta Lei.

Art. 13 A permissão, excepcionalmente, poderá ser transferida por “causa mortis” ou “invalidez” desde que atendidas às condições legais.

§ 1º O pedido de transferência a que se refere o disposto no “caput” deste artigo poderá a ser realizado pelo cônjuge ou filho(s), nesse caso, ordem decrescente de idade, com anuência dos demais interessados, se for o caso, e deverá ocorrer no prazo de 02 (dois) meses contados do falecimento do permissionário ou em caso de invalidez permanente; atendidos os requisitos legais, inclusive o disposto no artigo 4º desta Lei, sob pena de revogação da licença.

§ 2º Caso os legitimados no parágrafo anterior, não atendam os requisitos legais e ainda, na hipótese do ponto já estiver transferido para cônjuge ou filho(s) em decorrência do falecimento ou em caso de invalidez permanente do titular, poderão nomear terceira pessoa até 02 (dois) meses posteriores à transferência para o interessado, com vínculo empregatício para exercer as atividades de taxista, atendendo os requisitos previstos no art. 4º, da Lei.

§ 3º Define-se como vínculo empregatício como o registro Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Prestação de Serviço com pessoa física ou jurídica, com firma reconhecida em cartório,

§ 4º. Comprovando-se no ato da apresentação dos documentos e sempre que solicitado pela Administração, os recolhimentos atualizados de encargos previdenciários, fundiários e tributários.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES DO TAXISTA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



Art. 14 São deveres dos profissionais taxistas:

- I- Atender ao cliente usuário com presteza e polidez;
- II- Trajar-se adequadamente para a função (calça/camiseta ou camisa abotoada/calçado fechado);
- III- Manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
- IV- Manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;
- V- Transportar passageiros sem fazer qualquer tipo de distinção de espécie alguma (credo/raça/gênero/destino, etc);
- VI- Transportar malas e outros objetos, que não comprometam a conservação do veículo e desde que seus volumes sejam compatíveis com o espaço existente no táxi;
- VII- Não fumar enquanto estiver conduzindo o veículo;
- VIII- Respeitar as disposições legais e regulamentares, bem como facilitar, por todos os meios, a ação da fiscalização; IX- Tratar com respeito o agente de fiscalização;
- X- Entregar ao órgão fiscalizador, mediante recibo descritivo, quaisquer objetos esquecidos no interior do veículo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a prestação do serviço;
- XI- Manter cadastro fiscal, inclusive comprovar que mantém residência neste Município;
- XII- Manter afixados os adesivos obrigatórios;
- XIII- Ter e fornecer recibo mediante solicitação do passageiro, de acordo com modelo aprovado pelo órgão competente do Município;
- XIV- Participar de cursos e treinamentos promovidos pelo órgão competente do Município; e XV- Atender outras exigências previamente fixadas pelo órgão fiscalizador.

Art. 15 Todo veículo de táxi deverá constar de caixa luminosa de tamanho médio ou grande na parte superior do veículo, com a palavra "TÁXI" inscrita na frente e no verso.

§ 1º Os dispositivos deverão obedecer às seguintes características padronizadas, progressivamente e no momento da substituição do veículo:

- I – No caso de caixa luminosa removível por imã:
 - a) Comprimento: 23 cm (vinte e três centímetros);
 - b) Altura: 8 cm (oito centímetros);
 - c) Largura: 8 cm (oito centímetros);
 - d) O tamanho da letra da palavra "TÁXI" será de 5,5cm x 14cm;
 - e) A fonte da letra será arial rounded mt bold.
- II – No caso de caixa luminosa removível por suporte:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



a) Comprimento: 25 cm (vinte e cinco centímetros);

b) Altura: 10 cm (dez centímetros);

c) Largura: 5 cm (cinco centímetros);

d) Altura das letras: 7 cm (sete centímetros);

e) Largura das letras: 1 cm (um centímetro);

§ 2º A caixa luminosa permanecerá sempre ligada no período da noite, sendo que a sua fixação poderá ser removível ou irremovível, por meio de ímã ou suporte, respectivamente.

Art. 16 Todos os veículo de táxis distribuídos no município, serão padronizados na cor branca, com uma faixa horizontal em cada lateral, medindo de 08 (oito) a 10 (dez) centímetros de largura em toda sua extensão, na cor azul marinho, com letras brancas, onde conste:

a) TÁXI – DOM MACEDO COSTA/BA;

b) Número de Telefone;

c) Número de Inscrição Municipal;

d) Fonte: Arial Black; tamanho: 4,5cm de altura.

§1º. Os atuais táxis deverão se adequar a padronização de instalação das faixas horizontais descritas no caput, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei;

§ 2º. Os atuais táxis deverão se adequar a padronização de cor no prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta Lei, ou preferencialmente na próxima troca do veículo, se em prazo inferior ao estipulado, atender o disposto previsto no “caput” deste artigo, sob pena de multa de 100 (cem) UFM e, em persistindo a desobediência por mais de 30 (trinta) dias da data autuação/notificação, será 7 revogação e definitivamente cassada a licença do taxista infrator, retornando a vaga de táxi ao domínio público municipal.

Art. 17. É autorizado o uso de propaganda publicitária em veículo de taxista, desde que observadas às disposições legais e vistoria do órgão fiscalizador.

§ 1º É permitida propaganda no vidro traseiro com apresentação transparente de pelo menos 50% (cinquenta por cento) de visibilidade de dentro para fora do veículo.

§ 2º É proibida a propaganda publicitária que verse sobre tabagismo, bebidas alcoólicas, entorpecentes, apelo sexual, discriminação social, racial e de credo, de atividade ilegal, de produtos que comprovadamente poluam ou façam mal à saúde e ao meio ambiente. É vedada também a circulação de anúncios de propaganda eleitoral ou partidária.

§ 3º As propagandas publicitárias deverão ser objeto de contrato entre as partes desde que o prestador de serviço tenha permissão.

Art. 18. Fica proibido fumar no interior do táxi.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



Art. 19. Fica autorizado o uso de quaisquer combustíveis previstos na legislação de trânsito para os táxis cadastrados no Município, bem como o uso de Gás Natural Veicular (GNV).

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos necessários ao funcionamento dos veículos a GNV deverá ser efetuada obrigatoriamente por oficina credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO).

PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 20. O Ponto Fixo de Estacionamento de Táxi é o local de espera, embarque e desembarque por passageiros, exclusivo para veículos automotores destinados ao transporte individual de passageiros e credenciados pelo Município, nos termos desta lei.

Art. 21 É vedado ao taxista atender em ponto diverso daquele licenciado ou em outro local:

I- no período da realização de eventos públicos, Festa do Padroeiro e feiras, serão considerados pontos livres especiais rotativos, defronte ou nas imediações de casas de bares, estabelecimentos similares e outros, obedecidos os horários das 22 horas às 04 horas do dia seguinte;

II- as áreas consideradas de utilidade pública e de obrigatoriedade de serviços de táxis no período ininterrupto das 08:00 hs às 22:00 hs, serão os pontos assim discriminados:

a) Os pontos instalados na Praça Conego José Lourenço;

III- observando-se o que trata o inciso II e respectivas alíneas, fica estabelecido por esta Lei, a permanência de no mínimo 02 (dois) taxistas, preferencialmente aqueles inscritos para os pontos determinados como de utilidade pública, respeitando a lotação do ponto.

IV- em caso de inexistência de táxis no ponto fixo, poderá o taxista itinerante atender o passageiro.

Art. 22 É permitida a manutenção e limpeza de veículos nos pontos de estacionamento, desde que o taxista atente pela manutenção da limpeza do local.

Art. 23 No atendimento aos usuários será obedecida à preferência do cliente, não ocorrendo manifestação, à ordem de chegada do veículo no ponto, a ser definido pelos próprios taxistas daquele ponto.

CAPÍTULO VIII

DAS TARIFAS

Art. 24. O Prefeito Municipal, poderá a cada ano, fixar por Decreto, os valores das tarifas, tendo como base aos valores praticados no município e encaminhados a Prefeitura Municipal, pelos próprios taxistas, através de ata de reunião, até o último dia útil dos meses de fevereiro, contendo valores por quilômetros rodados em vias não pavimentadas, pavimentadas e, no perímetro urbano como valor único.

CAPÍTULO IX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

Art. 25 Extingue-se a permissão de outorga dos serviços de táxi com:

I- a morte do permissionário;

II- a transferência;

III- a devolução;

IV- a revogação;

V- a cassação pelo Município.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos III, IV e V do caput deste artigo, as licenças retornam para o domínio da Administração Pública.

Art. 26. A morte do permissionário extingue a permissão, todavia, aos sucessores será assegurada com exclusividade a continuidade do serviço de táxi, atendido o disposto desta Lei.

Art. 27. A transferência extingue a permissão do transmitente. Parágrafo único: Não será permitido a transferência da permissão para terceiros, ressalvado o disposto nesta Lei. Art. 28 Extingue a permissão, quando da devolução ou por falta de interesse na exploração dos serviços de táxi. Parágrafo único: Também extingue a permissão quando não puder ou não quiser transferi-la.

Art. 29 A revogação da permissão é ato unilateral e se dá no interesse da Administração Pública ou em virtude do cometimento de infrações desta Lei, nos casos expressamente estabelecidos.

CAPÍTULO X

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 30 O não cumprimento das obrigações decorrentes de qualquer dispositivo desta Lei, implicará nas seguintes penalidades:

I- multa;

II- suspensão da autorização;

III- revogação da autorização;

IV- cassação da licença.

Parágrafo único O condutor de táxi quando no exercício de suas atividades for punido nos termos dos incisos I e II, lhe serão aplicadas cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

Art. 31 Aos permissionários será aplicada a penalidade de multa, tendo por índice a Unidade Fiscal do Município – UFM, nos seguintes casos:

10 I- Descumprir quaisquer dos deveres previstos nos incisos do artigo 14 desta Lei, multa: de 50 (cinquenta) UFM, cumulativamente, sem prejuízo de outras providências;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



II- Não estiver o táxi dotado de caixa luminosa ou em desconformidade com a presente Lei, multa: de 20 (vinte) UFM, sem prejuízo de medida administrativa: retenção para regularização;

III- Quando em serviço noturno e com o veículo livre, transitar com a caixa luminosa desligada, multa: de 10 (dez) UFM;

IV- Quando atender em ponto ou local diverso do permitido ou autorizado, ressalvado o disposto no artigo 21 desta Lei, multa: de 10 (dez) UFM;

V- Não obedecer a ordem de chegada dos veículos no ponto, multa: de 10 (dez) UFM;

VI- Não portar a carteira de identificação, multa: de 10 (dez) UFM;

VII- Exibir propaganda publicitária no veículo sem vistoria do órgão fiscalizador ou em desconformidade com a Lei, multa: de 10 (dez) UFM, sem prejuízo de outras providências;

VIII- Quando, terceira pessoa, não habilitada pelo Município, ressalvados os dispositivos desta Lei estiver exercendo as atividades de taxista, multa: de 20 (vinte) UFM, na primeira autuação, duplicando-se os seus valores, nas autuações posteriores, sem prejuízo de outras providências.

IX- Em qualquer das situações previstas no § 2º do art. 3º desta lei, multa: de 10 (dez) UFM, na primeira autuação, duplicando-se os seus valores, a cada autuação, lançada em desfavor do titular do veículo, sendo que, na terceira autuação, será cassada imediatamente a permissão; X- Quando o permissionário deixar de atender a quaisquer das disposições contidas nesta Lei, nos casos não previstos no rol deste artigo ou nos demais casos ainda não contemplados por sanção, multa: de 10 (dez) UFM.

§ 1º Nas hipóteses em que a regularização não for possível ser efetuada no local, o veículo será retirado por condutor regularmente habilitado, assinalando-se o prazo de até 15 (quinze) dias para regularização, após data da notificação.

§ 2º Se o condutor não regularizar a situação no local, quando for possível, e, não tomando as medidas do § 1º, ou não remover o veículo quando determinado, esse será recolhido à Garagem Municipal.

Art. 32 Será aplicada a penalidade de suspensão por 15 (quinze) dias aos permissionários quando:

I- cometer 03 (três) infrações do mesmo tipo, no interstício de 01 (um) ano, a contar da primeira;

II- do não atendimento do disposto nos § 1º e § 2º do art. 9º.

Art. 33 A permissão será revogada quando:

I- a interrupção do serviço exceder a 90 (noventa) dias, entretanto, quando for caso de doença comprovada, roubo ou acidentes com danos materiais ou pessoais, esse tempo poderá ser prorrogado;

II- não apresentarem as certidões exigidas nos incisos X, XI e XIII do „caput“ do artigo 4º desta Lei ou apresentando-a, ser positiva;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



III- cometer 03 (três) penalidades de suspensão, no interstício de 01 (um) ano, a contar da primeira; IV- exercer a atividade de taxista com a licença suspensa;

V- houver comercialização do ponto de táxi, da permissão ou da licença;

VI- não houver a substituição do veículo no prazo de 07 (sete) anos. Parágrafo único. No caso de revogação pelo motivo constante no inc. V, os terceiros envolvidos, ficam impedidos de serem permissionários, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 34 O permissionário que tiver sua licença revogada ficará impedido de habilitar-se a obtenção de outra, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da aplicação definitiva da penalidade.

CAPÍTULO XI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 35 A aplicação das penalidades previstas nessa Lei, será efetuada mediante processo administrativo, assegurado previamente à parte o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O prazo para apresentar defesa será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação da autuação ou da publicação em edital.

§ 2º A notificação será expedida ao permissionário, por remessa postal com Aviso de Recebimento – AR, por ofício da administração com ciente do notificado ou, quando for o caso, por publicação em edital.

§ 3º A notificação devolvida por desatualização de endereço do permissionário, será considerada válida para todos os efeitos.

§ 4º A defesa deverá ser apresentada por escrito junto ao Protocolo Geral da Prefeitura e, quando exercida através de procurador, deverá estar instruída com instrumento que o habilite.

§ 5º Transcorrido o prazo, sem que tenha sido apresentada a defesa prévia, o julgamento seguirá à revelia. Art. 36 Na aplicação das penalidades a parte terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da decisão, para impetrar recurso perante o órgão fiscalizador.

Parágrafo único: Em se tratando da penalidade de multa, sendo o recurso julgado improcedente, e, transcorrido o prazo recursal de 15 dias, para a segunda instância administrativa, o valor deverá ser recolhido ao Erário municipal, lançado em dívida ativa, no cadastro municipal do taxista ou titular do veículo infrator.

Art. 37 Aplicada a penalidade de revogação, a licença retorna ao domínio da administração pública, obedecida a forma estabelecida na presente Lei.

Art. 38 A instância administrativa de julgamento de infrações esgota-se pela apreciação do recurso, em última instância, pelo Prefeito Municipal.

Art. 39 No prontuário do permissionário será feito o assentamento da penalidade aplicada de forma definitiva.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro
DOM MACEDO COSTA - BA
CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169



CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 40. A partir da publicação da presente Lei, os atuais taxistas deverão promover seu recadastramento junto ao Setor de Tributação e Fiscalização, para tanto, devendo ser notificados a cumprir integralmente o disposto no “caput” e respectivos incisos do artigo 4º desta Lei, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, sob pena de multa de 30 (trinta) UFM, sem prejuízo de outras providências.

Art. 41. Os atuais taxistas cujo veículo tenha vida útil superior ao estabelecido no art. 8º desta Lei, deverão promover a devida substituição, atendendo os requisitos legais, no prazo de 03 (três) anos, prorrogável por igual período, mediante justificativa, a contar da publicação desta Lei, sob pena de revogação da licença.

Art. 42. A fiscalização de que trata a presente Lei, ficará a cargo dos fiscais tributários.

Art. 43 Somente poderá se habilitar e gozar das prerrogativas previstas nessa Lei, àquele que comprovar estar com suas obrigações tributárias municipais devidamente quitadas. Art. 44 O órgão fiscalizador poderá executar a mais ampla fiscalização, vistoria e diligências, visando à observância das disposições da presente Lei.

Art. 45 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Dom Macedo Costa, em 07 de março de 2022.

EGNALDO PITON MOURA
Prefeito Municipal